



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Primeiro Concurso de Ingresso na Carreira de Defensor Público do Estado de São Paulo

Caderno de Prova, Cargo A01, Tipo 1
000000000000000000
00001-000-001

Nº de Inscrição
MODELO

Primeira Prova Escrita

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno contém 100 questões, numeradas de 1 a 100.
Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 4 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. O que assegura aos cidadãos o exercício dos seus direitos, a divisão dos poderes e, segundo um dos seus grandes teóricos, a limitação do governo pelo direito é
- (A) o constitucionalismo.
 - (B) a separação de poderes.
 - (C) o princípio da legalidade.
 - (D) o federalismo.
 - (E) o Estado Democrático de Direito.

2. O termo “Constituição” comporta uma série de significados e sentidos.
- Assinale a alternativa que associa corretamente frase, autor e sentido.
- (A) Todos os países possuem, possuíram sempre, em todos os momentos da sua história uma constituição real e efetiva. Carl Schmitt. Sentido político.
 - (B) Constituição significa, essencialmente, decisão política fundamental, ou seja, concreta decisão de conjunto sobre o modo e a forma de existência política. Ferdinand Lassale. Sentido político.
 - (C) Constituição é a norma fundamental hipotética e lei nacional no seu mais alto grau na forma de documento solene e que somente pode ser alterada observando-se certas prescrições especiais. Jean Jacques Rousseau. Sentido lógico-jurídico.
 - (D) A verdadeira Constituição de um país somente tem por base os fatores reais do poder que naquele país vigem e as constituições escritas não têm valor nem são duráveis a não ser que expressem fielmente os fatores do poder que imperam na realidade. Ferdinand Lassale. Sentido sociológico.
 - (E) Todas as constituições pretendem, implícita ou explicitamente, conformar globalmente o político. Há uma intenção atuante e conformadora do direito constitucional que vincula o legislador. Jorge Miranda. Sentido dirigente.

3. Em relação à dignidade da pessoa humana, prevista pela Constituição Federal de 1988 como fundamento da República Federativa do Brasil, é possível afirmar:
- (A) É um direito público subjetivo expresso numa norma-regra.
 - (B) Por ser fundamento e princípio constitucional estruturante é densificada ao longo do texto constitucional.
 - (C) Por ser uma norma programática a sua efetivação dependerá de políticas públicas que venham a ser adotadas pelos governantes.
 - (D) É suficiente para sua realização o respeito aos direitos individuais clássicos: direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.
 - (E) Exprime um conceito extremamente vago que comporta ampla discricionariedade judicial, devendo, portanto, ser evitado em demandas judiciais.

4. O reconhecimento de iguais direitos aos homossexuais e a igual valoração jurídica das relações afetivas e eróticas entre pessoas do mesmo sexo
- (A) dependem de modificação constitucional através de manifestação do Poder Constituinte Derivado, uma vez que o inciso IV do artigo 3º não previu a discriminação por orientação sexual.
 - (B) ferem o princípio democrático e a regra da maioria, já que o Direito, ao determinar ou escolher uma moral, deve privilegiar a moral da maioria.
 - (C) decorrem do sistema constitucional de direitos e garantias fundamentais, que proíbe quaisquer formas de discriminação e garante a dignidade da pessoa humana.
 - (D) estão sujeitos à evolução social e cultural da sociedade em que vivemos, uma vez que para o “homem comum” as práticas homossexuais são antinaturais e contrariam as convicções religiosas compartilhadas.
 - (E) necessitam de legislação infraconstitucional para efetivação, pois as normas constitucionais incidentes são de eficácia limitada.

5. Quanto ao federalismo é correto afirmar:
- (A) Consiste na divisão de poder entre governo central e governos regionais na qual cada ente federativo, definido geograficamente, mantém sua soberania.
 - (B) É uma forma de Estado freqüente: há mais de duas vezes estados federais que unitários.
 - (C) Não permite diferentes formas de governo entre as unidades regionais ou locais componentes da federação e as unidades centrais.
 - (D) É costumeiro em países relativamente extensos ou aqueles de menor diversidade social e cultural.
 - (E) A autonomia federativa assenta-se na existência de órgãos governamentais próprios e com competências exclusivas.

6. Norma Técnica do Ministério da Saúde para Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Sexual Contra Mulheres e Adolescentes prevê a possibilidade da contracepção de emergência. Referida norma é
- (A) constitucional, considerando que no sistema federativo brasileiro compete privativamente à União legislar sobre a saúde da mulher.
 - (B) constitucional, já que no âmbito da competência concorrente para legislar sobre o direito à saúde a União editou, através da Norma Técnica, apenas normas gerais.
 - (C) inconstitucional, já que a Constituição Federal de 1988 não tratou dos direitos sexuais e reprodutivos.
 - (D) inconstitucional, uma vez que na federação brasileira somente o Município poderia tratar da matéria.
 - (E) constitucional, uma vez que torna eficaz o fundamento constitucional da dignidade da pessoa humana e permite o exercício do direito constitucional do planejamento familiar.

7. A respeito do controle de constitucionalidade considere as seguintes afirmações:

- I. O Supremo Tribunal Federal já decidiu após a edição da Constituição Federal de 1988 ser possível a declaração de inconstitucionalidade de norma constitucional.
- II. Através do controle concentrado, afirmou o STF haver direitos protegidos pelo inciso IV do parágrafo 4º do artigo 60 fora do rol de direitos individuais do artigo 5º.
- III. A inconstitucionalidade por omissão foi introduzida no sistema de controle de constitucionalidade brasileiro pela CF/88 a fim de possibilitar a efetividade das normas constitucionais de eficácia limitada o que permitiu ao Supremo Tribunal Federal reconhecer na ADI 1.458-7 a inconstitucionalidade por omissão parcial na fixação do salário mínimo por não permitir condições básicas de existência.
- IV. Ao se regulamentar o processo de julgamento da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade houve relativização expressa do dogma da retroatividade das decisões em sede de controle de constitucionalidade.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II, III e IV.
- (B) III e IV, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) II, apenas.

8. O inciso XXXV do artigo 5º da Constituição Federal estabelece como direito constitucional fundamental o acesso à justiça e a inafastabilidade do controle jurisdicional. A Reforma do Poder Judiciário pretendeu avançar no sentido de imprimir maior agilidade à prestação jurisdicional. Nesse sentido,

- (A) havendo colidência entre o direito a um processo célere e o direito ao contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes deve prevalecer o primeiro, pois norma posterior de mesma hierarquia revoga anterior.
- (B) a morosidade da atividade jurisdicional é inerente a uma Justiça que prima pela qualidade. Sacrifício que deve ser suportado pela coletividade a fim de se evitar os erros judiciários.
- (C) a razoável duração do processo não se coaduna com o sistema recursal brasileiro que pode ser revisito até mesmo com prejuízo do contraditório e ampla defesa.
- (D) entre os novos mecanismos estabelecidos merece destaque o novo direito constitucional fundamental que assegura a todos, no âmbito judicial e administrativo, a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.
- (E) a nova sistemática de interposição de recursos extraordinários, que permite ao Supremo Tribunal Federal escolher com liberdade os casos que irá julgar, permitirá maior agilidade na prestação do controle de constitucionalidade.

9. Sobre o princípio da separação de poderes, ao prescrever a independência e harmonia entre as diversas funções do Estado (legislativa, executiva e judiciária), bem como um sistema de controles recíprocos, é possível afirmar que:

- I. A teoria dos *checks and balances* prevê que a cada função foi dado o poder para exercer um grau de controle direto sobre as outras, mediante a autorização para o exercício de uma parte, embora limitada, das outras funções.
- II. Entre 1989 e 1998, 14% das leis aprovadas foram de autoria de deputados e senadores ou de comissões parlamentares o que demonstra a preponderância do poder executivo na função legislativa no Brasil.
- III. A cláusula da separação de poderes prevista no inciso III do parágrafo 4º do artigo 60 torna inconstitucional emendas que modifiquem o arranjo de separação de poderes existente no texto constitucional.

Está correto o que se afirma em

- (A) II, apenas.
- (B) III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

10. O inciso XXXVII do artigo 5º, que prescreve que não haverá juízo ou tribunal de exceção,

- (A) permite que o despacho inicial apreciando apenas a concessão ou não de medida liminar sem adentrar no mérito da demanda, pela Presidência do Tribunal, não fira o direito constitucional, pois o mérito será analisado pelo juiz natural, o Desembargador Relator.
- (B) não permite que a apreciação de provimento cautelar ou medida liminar seja regimentalmente afastada da competência do Relator do processo, o juiz natural, para se concentrar nas mãos do Presidente e Vice-Presidente do Tribunal.
- (C) permite a concentração da apreciação das medidas liminares e provimentos cautelares na Presidência do Tribunal, desde que seja por lei.
- (D) permite que a tutela de urgência se concentre numa única autoridade nos processos originários dos Tribunais para evitar o perecimento do direito e propiciar celeridade processual, valor constitucional igualmente relevante.
- (E) permite exceção para apreciação de medida liminar, pelo Presidente do Tribunal, em *habeas corpus*, pois o valor da liberdade deve preponderar nesses casos.

DIREITO ADMINISTRATIVO E DIREITO TRIBUTÁRIO	
<p>11. Deve ser considerado ato administrativo inexistente</p> <p>(A) a multa de trânsito lavrada por autoridade sanitária.</p> <p>(B) o decreto que exonera servidor já falecido.</p> <p>(C) a transferência do servidor, motivada por inimizade de sua chefia.</p> <p>(D) a sanção administrativa aplicada em razão de erro de fato.</p> <p>(E) o ato de aposentadoria do servidor, no qual seu nome aparece grafado incorretamente.</p>	<p>15. NÃO é atividade típica de polícia administrativa a</p> <p>(A) aplicação de sanções aos concessionários de serviços públicos, pela inadequação do serviço.</p> <p>(B) imposição de obrigações de fazer aos particulares.</p> <p>(C) outorga de autorizações e licenças a interessados.</p> <p>(D) adoção de medidas cautelares administrativas, como o embargo de obra irregular.</p> <p>(E) edição de normas regulamentares, de caráter geral e abstrato e condicionadoras do comportamento dos particulares.</p>
<p>12. No processo de desapropriação, NÃO é cabível a discussão</p> <p>(A) do preço oferecido.</p> <p>(B) de vícios de caráter processual.</p> <p>(C) do desvio de finalidade no ato declaratório.</p> <p>(D) do direito de extensão.</p> <p>(E) da fixação de acréscimos legais à indenização fixada.</p>	<p>16. Um servidor estatutário atinge a idade para a aposentadoria compulsória após 7 (sete) anos de exercício no serviço público. Sabendo-se que ele não possui outros períodos de contribuição ou de tempo de serviço a serem computados, ele</p> <p>(A) deverá permanecer em atividade, visto que não atingiu o mínimo de 10 (dez) anos de efetivo exercício no serviço público.</p> <p>(B) será aposentado, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, proventos esses que não podem ser inferiores a 1 (um) salário mínimo.</p> <p>(C) será aposentado, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, garantida a percepção de 50% (cinquenta por cento) da última remuneração na atividade.</p> <p>(D) será aposentado, com proventos integrais, em razão do critério etário.</p> <p>(E) será exonerado, com indenização de 1 (um) salário por ano de efetivo exercício, por não reunir os requisitos para a aposentadoria.</p>
<p>13. <i>“O dano cometido pela concessionária de serviço público a seus usuários é capaz de gerar a responsabilidade da concessionária e, em caráter , a responsabilidade do ente público concedente.”</i></p> <p>Para que esta afirmação seja correta, as lacunas devem ser preenchidas, respectivamente, por</p> <p>(A) objetiva, subsidiário, subjetiva.</p> <p>(B) subjetiva, solidário, objetiva.</p> <p>(C) subjetiva, subsidiário, subjetiva.</p> <p>(D) objetiva, subsidiário, objetiva.</p> <p>(E) objetiva, solidário, objetiva.</p>	<p>17. <i>“O primeiro caminho para a reconstrução dos Direitos Humanos da Tributação é o da efetiva, direta e ativa participação de todos os segmentos da sociedade na elaboração, fiscalização e controle das regras tributárias. A idéia básica é de eliminar os excessos e injustiças da carga tributária, de modo a torná-la equânime e efetiva, em harmonia com os princípios da justiça e da racionalidade”.</i> (Nogueira, Alberto. A reconstrução dos Direitos Humanos na Tributação. Rio de Janeiro: Renovar. 1997. p. 411)</p> <p>O princípio da capacidade contributiva</p> <p>(A) tem por destinatário imediato o legislador ordinário das pessoas políticas. É ele que deve imprimir, nos impostos que cria <i>in abstracto</i>, um caráter pessoal, graduando-os conforme a capacidade econômica dos contribuintes.</p> <p>(B) dirige-se aos poderes públicos, aos legisladores, aos aplicadores da lei, às autoridades e aos juizes e aplica-se a toda espécie de tributos previstos na Constituição Federal.</p> <p>(C) deve observar o valor da taxa, seja de serviço, seja de polícia, correspondendo ao custo, ainda que aproximado, da atuação estatal específica, demonstrando, assim, uma razoabilidade entre a quantia cobrada e o gasto que o poder público teve para prestar aquele serviço público.</p> <p>(D) aplica-se apenas aos tributos cuja progressividade estiver expressa no texto da atual Constituição Federal.</p> <p>(E) leva em conta os princípios da igualdade, a função social da propriedade e da dignidade da pessoa humana, e por isso atinge todos os tributos, conforme expressa disposição constitucional.</p>
<p>14. Recurso hierárquico impróprio é</p> <p>(A) aquele que é dirigido à autoridade superior na organização federativa.</p> <p>(B) o pedido de reconsideração apresentado à autoridade máxima de uma estrutura administrativa.</p> <p>(C) o pedido de revisão das decisões proferidas em processos disciplinares, para a própria autoridade sancionadora.</p> <p>(D) a avocação do recurso administrativo pela chefia do órgão administrativo.</p> <p>(E) o recurso interposto contra a decisão de dirigente de entidade da Administração Indireta, para a autoridade a que está vinculada, na Administração Direta.</p>	<p>17. <i>“O primeiro caminho para a reconstrução dos Direitos Humanos da Tributação é o da efetiva, direta e ativa participação de todos os segmentos da sociedade na elaboração, fiscalização e controle das regras tributárias. A idéia básica é de eliminar os excessos e injustiças da carga tributária, de modo a torná-la equânime e efetiva, em harmonia com os princípios da justiça e da racionalidade”.</i> (Nogueira, Alberto. A reconstrução dos Direitos Humanos na Tributação. Rio de Janeiro: Renovar. 1997. p. 411)</p> <p>O princípio da capacidade contributiva</p> <p>(A) tem por destinatário imediato o legislador ordinário das pessoas políticas. É ele que deve imprimir, nos impostos que cria <i>in abstracto</i>, um caráter pessoal, graduando-os conforme a capacidade econômica dos contribuintes.</p> <p>(B) dirige-se aos poderes públicos, aos legisladores, aos aplicadores da lei, às autoridades e aos juizes e aplica-se a toda espécie de tributos previstos na Constituição Federal.</p> <p>(C) deve observar o valor da taxa, seja de serviço, seja de polícia, correspondendo ao custo, ainda que aproximado, da atuação estatal específica, demonstrando, assim, uma razoabilidade entre a quantia cobrada e o gasto que o poder público teve para prestar aquele serviço público.</p> <p>(D) aplica-se apenas aos tributos cuja progressividade estiver expressa no texto da atual Constituição Federal.</p> <p>(E) leva em conta os princípios da igualdade, a função social da propriedade e da dignidade da pessoa humana, e por isso atinge todos os tributos, conforme expressa disposição constitucional.</p>

18. A Constituição Federal, em seu art. 150, inciso VI, traz um preceito que “estimula” a sociedade civil, sem fins lucrativos, a agir em benefício das pessoas carentes, suprimindo as insuficiências das pessoas políticas no campo da assistência social. Esse “estímulo” traduz-se no instituto denominado

- (A) anistia tributária, eis que isenta determinadas pessoas do pagamento.
- (B) isenção tributária parcial, porque dispensa do pagamento de impostos.
- (C) remissão tributária, já que faz desaparecer o crédito tributário.
- (D) isenção tributária total, porque atinge toda espécie de tributo.
- (E) imunidade tributária de impostos, conferindo aos beneficiários direito de não ser tributado.

19. Considere as afirmações:

- I. O tributo encontra fundamento de validade na competência tributária da pessoa política, não havendo necessidade, para que ele seja instituído e cobrado, de que o Poder Público desenvolva, em relação ao contribuinte, qualquer atividade específica.
- II. A Constituição Federal estabelece que, nos serviços públicos específicos e divisíveis, a cobrança da taxa deve ser baseada na utilização, efetiva ou potencial dos serviços pelo contribuinte.
- III. A Constituição Federal traz expressa no seu texto a previsão de contribuição, que por certo tem natureza tributária, obedece ao regime jurídico tributário e possui uma única modalidade que é a contribuição social.

SOMENTE está correto o que se afirma em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) II.
- (E) III.

20. Nos termos da Constituição Federal, compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre

- (A) produtos industrializados.
- (B) operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativa a títulos e valores mobiliários.
- (C) transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição.
- (D) propriedade territorial rural.
- (E) transmissão *causa mortis* e doação, de quaisquer bens ou direitos.

DIREITO PENAL

21. A Lei nº 9.455, de 7 de abril de 1997, estabelece que pratica crime de tortura

- (A) qualquer pessoa que submete alguém, sob sua guarda, poder ou autoridade, com emprego de violência ou grave ameaça, a intenso sofrimento físico ou mental, como forma de aplicar castigo pessoal ou medida de caráter preventivo.
- (B) o agente público que submete pessoa presa ou sujeita a medida de segurança, a sofrimento físico ou mental, ainda que por intermédio da prática de ato previsto em lei ou resultante de medida legal.
- (C) qualquer pessoa que constrange alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental, em razão de discriminação de qualquer natureza.
- (D) o agente público que constrange alguém, com emprego de violência ou grave ameaça, com o fim de provocar ação ou omissão de qualquer natureza.
- (E) qualquer pessoa que se omite diante de constrangimento ou submissão a ato de tortura.

22. Considerando a adoção do princípio da culpabilidade pelo Código Penal, é correto afirmar que a

- (A) culpabilidade não interfere na medida da pena.
- (B) culpabilidade se refere ao autor.
- (C) culpabilidade se refere ao fato.
- (D) análise da culpabilidade compete ao juiz do processo de conhecimento e ao juiz do processo de execução.
- (E) análise da culpabilidade não é essencial para a individualização da pena

23. Agnelo foi acusado de praticar quatro roubos e dois furtos no decorrer de 2001. Pela prática de dois roubos foi condenado definitivamente em 2003, quanto aos outros dois crimes de roubo pende recurso da defesa, em um, e da acusação, no outro. Pela prática de um crime de furto foi condenado definitivamente em 2002, no outro processo, a sentença condenatória transitou em julgado para a defesa e o Ministério Público recorreu. Pode-se afirmar, tendo em vista a Parte Geral do Código Penal de 1984, que Agnelo é

- (A) reincidente específico em crime de furto, porque já tem duas condenações pela prática desse crime.
- (B) reincidente específico em crime de roubo, porque só transitou em julgado para as partes sentença condenatória relativa a crime de roubo.
- (C) reincidente, mas não específico, porque na reforma, de 1984, da Parte Geral do Código Penal, não foi adotada a figura da reincidência específica.
- (D) primário, pois não consta tenha cometido novo crime após o trânsito em julgado de sentença penal que o tenha condenado por crime anterior.
- (E) tecnicamente primário, conforme prevê a Parte Geral do Código Penal, pois, embora não conste que tenha cometido novo crime após o trânsito em julgado de decisão penal condenatória já tem outras condenações.

24. À Rosilda, reincidente e presa em flagrante, pela prática de três crimes em concurso material foram impostas as seguintes penas: três anos; dois anos; seis meses. Essas penas, somadas, em razão do concurso material, totalizaram cinco anos e seis meses de reclusão. Ela tinha vinte anos na data dos fatos e vinte e quatro anos na data da sentença condenatória. O recebimento da denúncia se deu no dia 20.05.2001 e, a sentença condenatória proferida e publicada no dia 20.05.2005, transitou em julgado para as partes sem recurso. Nos termos do art. 109 do Código Penal, os lapsos prescricionais correm em:

- III. 12 (doze) anos, se o máximo da pena é superior a 4 (quatro) anos e não excede a 8 (oito);
- IV. 8 (oito) anos, se o máximo da pena é superior a 2 (dois) anos e não excede a 4 (quatro);
- V. 4 (quatro) anos, se o máximo da pena é igual a 1 (um) ano ou, sendo superior, não excede a 2 (dois);
- VI. 2 (dois) anos, se o máximo da pena é inferior a 1 (um) ano.

Pode-se afirmar:

- (A) Não ocorreu a prescrição da pretensão punitiva, pois a reincidência é causa interruptiva e a prisão é causa suspensiva do curso do lapso prescricional.
- (B) Ocorreu a prescrição da pretensão punitiva de todas as penas, entre a data do recebimento da denúncia e a data da sentença, porque a sentenciada era menor de 21 anos à época dos fatos e, no caso de concurso de crimes, a prescrição incide sobre a pena de cada um, isoladamente, e não sobre as penas somadas.
- (C) Ocorreu a prescrição da pretensão punitiva, entre a data do recebimento da denúncia e a data da sentença, apenas em relação às penas de dois anos e a de seis meses de reclusão, pois, embora no caso de concurso de crimes a prescrição incida sobre a pena de cada um isoladamente, a sentenciada era maior de 21 anos à época da sentença.
- (D) Não ocorreu a prescrição da pretensão punitiva, pois a sentenciada era maior de 21 anos à época da sentença; a pena total é de cinco anos e seis meses de reclusão e não decorreu lapso superior a doze anos entre a data do recebimento da denúncia e da sentença.
- (E) Não ocorreu a prescrição da pretensão punitiva, pois, embora a sentenciada fosse menor de 21 anos à época dos fatos, a pena total é de cinco anos e seis meses de reclusão e não decorreu lapso superior a seis anos entre a data do recebimento da denúncia e a da sentença.

25. De acordo com a redação dada ao art. 112 da Lei de Execução Penal pela Lei nº 10.792, de 1º de dezembro de 2003:

- (A) a pena privativa de liberdade não será mais executada de forma progressiva.
- (B) para progredir de regime de cumprimento de pena é necessário, se primário, cumprir 1/3 e se reincidente, cumprir 1/2 da pena no regime anterior.
- (C) para progredir de regime de cumprimento de pena é necessário cumprir 1/6 da pena no regime anterior e ter bom comportamento carcerário, comprovado pelo diretor do estabelecimento prisional.
- (D) para progredir de regime de cumprimento de pena, é necessário cumprir 1/3 da pena no regime anterior e ter mérito que indique a progressão.
- (E) as regras para obtenção de livramento condicional, inclusive os prazos, são as mesmas que para a obtenção de progressão de regime de cumprimento de pena.

26. Carmo, condenado definitivamente em 1999 pela prática de estelionato, cumpriu integralmente a pena e, logo após, foi preso em flagrante pela prática de crime de furto de duas caixas de chocolate, em um supermercado. O juiz, por este crime, fixou a pena base em um ano de reclusão, aumentou-a em 1/6 em razão da reincidência e, resultando a pena final em um ano e dois meses de reclusão, determinou o cumprimento em regime inicial semi-aberto e substituiu a pena privativa de liberdade por duas penas restritivas de direitos. Pode-se afirmar:

- (A) Não há erro na decisão judicial, pois, apesar de, no Código Penal, haver vedação expressa à substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos aos reincidentes em crime doloso, sem exceção, no juízo de culpabilidade, o juiz deve considerar que a reincidência não pode se sobrepor à pequena gravidade dos crimes cometidos.
- (B) Há erro na decisão judicial, pois no Código Penal há expressa vedação, à substituição de pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos aos reincidentes específicos, caso do sentenciado.
- (C) Há erro na decisão judicial, porque o Código Penal só permite substituição por pena restritiva de direitos de pena privativa de liberdade não superior a um ano.
- (D) Não há erro na decisão judicial, porque o juiz aplicou os princípios da subsidiariedade e da última *ratio* para chegar à substituição, já que o que importa é que devem ser utilizados substitutivos penais visando eliminar a pena de prisão de curta duração e não as regras e determinações do Código Penal.
- (E) Não há erro na decisão judicial, pois é cabível a substituição por pena restritiva de direitos, se a pena privativa de liberdade imposta não for superior a quatro anos; se o crime não tiver sido cometido com violência ou grave ameaça à pessoa; se o réu não for reincidente em crime doloso, ou, sendo reincidente, desde que não específico; se em face da condenação anterior a medida for socialmente recomendável e a culpabilidade e circunstâncias do crime indicarem ser a substituição suficiente.

27. É correto afirmar:

- (A) Nos termos do Código Penal, para o semi-imputável o juiz primeiro deve fixar o *quantum* da pena privativa de liberdade diminuída e depois substituí-la por medida de segurança que, nesse caso, só pode ser de tratamento ambulatorial.
- (B) Nos termos do Código Penal, em qualquer fase do tratamento ambulatorial, poderá o juiz determinar a internação do agente, se essa providência for necessária para fins curativos.
- (C) O Código Penal adotou o sistema vicariante e aos inimputáveis só pode ser imposta medida de segurança de internação, que deve se dar em hospital de custódia e tratamento psiquiátrico ou, à falta, em outro estabelecimento adequado.
- (D) Nos termos da Lei de Execução Penal se, no curso da execução da pena privativa de liberdade, sobrevier doença mental, o juiz poderá determinar a substituição da pena por medida de segurança, que deverá ser cumprida no próprio presídio.
- (E) O Código Penal adotou o sistema do duplo binário e, portanto, em caso de condenação à pena privativa de liberdade e imposição de medida de segurança o agente deve primeiro cumprir a pena e, após, ser transferido para hospital de custódia e tratamento psiquiátrico para cumprir a medida de segurança.

28. No caso de crime impossível é correto afirmar:

- (A) Se os meios empregados são ineficazes para alcançar o resultado, mesmo que o agente acredite que são eficazes e aja para evitar o resultado, haverá crime impossível e não arrependimento eficaz.
- (B) Se houver absoluta ineficácia do meio a tentativa é atípica, mas punível.
- (C) A ausência da menção da inidoneidade no art. 17 do Código Penal, que só trata da ineficácia do meio e da impropriedade do objeto, não pode ser resolvida com a analogia *in bonam partem*.
- (D) Nos casos de flagrante preparado, porque o bem está inteiramente protegido, não se pode dizer que há crime impossível.
- (E) Para sua configuração é necessário tanto que o meio seja absolutamente ineficaz, quanto que o objeto seja absolutamente impróprio.

29. Considere as afirmações:

- I. No Estado democrático de direito é dada especial relevância à noção de que o direito penal tem como missão a proteção de bens jurídicos e se considera que o conceito de bem jurídico tem por função legitimar e delimitar o poder punitivo estatal.
- II. O poder legiferante penal independe dos bens jurídicos postos na Constituição Federal para determinar quais serão os bens tutelados.
- III. Só se legitima a intervenção penal nos casos em que a conduta possa colocar em grave risco ou lesionar bem jurídico relevante.

SOMENTE está correto o que se afirma em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e III.
- (E) II e III.

30. A respeito da tentativa, é correto afirmar:

- (A) Trata-se de uma ampliação, contida na parte especial do Código Penal, da proibição típica.
- (B) Há tentativa a partir da prática dos atos que antecedem o começo da execução até o momento da consumação.
- (C) Não há co-autoria em crime tentado.
- (D) Enquanto os atos preparatórios ingressam no âmbito do proibido, os atos da tentativa não ingressam.
- (E) Se falta algum elemento objetivo do tipo não se pode falar em tentativa.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

31. O direito a justa indenização no caso de prejuízos sofridos pelo acusado e reconhecidos em condenação rescindida por revisão criminal tem o seguinte fundamento:
- (A) o Código de Processo Penal no título relativo à ação civil *ex delicto*.
 - (B) a necessidade de prova exclusivamente de dolo dos representantes ou agentes do Estado.
 - (C) a necessidade de prova de dolo ou culpa dos representantes ou agentes do Estado.
 - (D) a Constituição Federal no capítulo dos direitos e deveres individuais e coletivos.
 - (E) a Emenda Constitucional nº 45, de 08.12.2004 que trata da reforma do Poder Judiciário.

32. A liberdade provisória poderá ser concedida sem o pagamento da fiança àqueles que, por motivo de pobreza, não tiverem condições de prestá-la. Obriga-se o beneficiário
- (A) ao comparecimento a todos os atos a que for convocado e proibição de alteração da residência sem prévia comunicação, somente.
 - (B) ao comparecimento a todos os atos a que for convocado, proibição de freqüentar determinados lugares e proibição da ausência de mais de oito dias da residência sem comunicação à autoridade.
 - (C) somente proibição de freqüentar determinados lugares e comunicação prévia à autoridade da alteração de residência.
 - (D) ao comparecimento pessoal e obrigatório a juízo, mensalmente, para informar e justificar suas atividades.
 - (E) ao comparecimento a todos os atos a que for convocado, à proibição de alteração da residência sem prévia comunicação e a proibição da ausência de mais de oito dias da residência sem comunicação à autoridade.

33. O caráter instrumental do processo penal significa

- (A) a regra da oficialidade dos órgãos incumbidos da *persecutio criminis*.
- (B) um instrumento ético e político de atuação da justiça substancial e garantia das liberdades.
- (C) um instrumento autônomo do direito material.
- (D) o aproveitamento dos atos processuais.
- (E) que o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos.

34. O defensor público, ao tomar conhecimento de que o réu, preso pelo processo, sofreu tortura nos termos da Lei nº 9.455/97, por agente público, deverá

- (A) representar ao órgão do Ministério Público que tiver competência para iniciar processo crime contra a autoridade culpada.
- (B) representar à Corregedoria dos Presídios, de acordo com o local da prisão do réu.
- (C) peticionar à Corte Interamericana de Direitos Humanos invocando a Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanas ou Degradantes (1984).
- (D) representar, desde logo, ao juiz do processo.
- (E) promover ação penal privada.

<p>35. A falta de testemunhas da infração penal</p> <p>(A) impede a lavratura da prisão em flagrante, impondo-se o seu relaxamento.</p> <p>(B) não impede a lavratura da prisão em flagrante.</p> <p>(C) não impede a lavratura da prisão em flagrante, mas é necessária a assinatura de duas pessoas que tenham testemunhado a apresentação do preso.</p> <p>(D) não impede a lavratura da prisão em flagrante, devendo o condutor prestar o compromisso legal para o ato.</p> <p>(E) impede a lavratura da prisão em flagrante, devendo a autoridade policial instaurar inquérito, ouvindo o acusado e os condutores.</p>	<p>40. No que se refere à aplicação das regras de conexão e continência, os institutos da transação penal e da composição dos danos civis, aplicam-se na reunião de processos</p> <p>(A) tanto perante o juízo comum quanto o tribunal do júri.</p> <p>(B) exclusivamente perante o juízo comum.</p> <p>(C) exclusivamente perante o juízo comum, exceto na jurisdição federal.</p> <p>(D) exclusivamente perante o tribunal do júri.</p> <p>(E) decorrente de crime continuado.</p>
<p>36. Sobre o depoimento judicial de ascendente ou descendente do acusado, é correto afirmar:</p> <p>(A) como testemunha, não poderá se eximir da obrigação de depor.</p> <p>(B) uma vez prestado o compromisso, pratica crime de falso testemunho se faltar com a verdade.</p> <p>(C) são proibidos de depor como testemunha.</p> <p>(D) não se deferirá o compromisso de dizer a verdade do que souber.</p> <p>(E) poderão se recusar a depor em qualquer caso.</p>	<p style="text-align: center;">DIREITO CIVIL E DIREITO COMERCIAL</p> <p>41. Com relação à herança, é correto afirmar:</p> <p>(A) Pode haver renúncia parcial.</p> <p>(B) Não se pode aceitar a herança sob condição.</p> <p>(C) A renúncia da herança pode se dar por instrumento particular.</p> <p>(D) Não pode haver renúncia tácita.</p> <p>(E) A transmissão da herança se dá a contar da aceitação do herdeiro.</p>
<p>37. O juiz, a requerimento do Ministério Público, decretou a incomunicabilidade do indiciado preso através de despacho fundamentado, como determina a Constituição Federal e o Código de Processo Penal. O defensor público</p> <p>(A) não poderá proceder entrevista pessoal e reservada com o acusado.</p> <p>(B) não poderá proceder entrevista pessoal e reservada com o acusado somente pelo prazo de três dias, período máximo da incomunicabilidade.</p> <p>(C) poderá proceder entrevista pessoal e reservada com o acusado.</p> <p>(D) poderá proceder entrevista pessoal e reservada, desde que obtida a autorização judicial.</p> <p>(E) poderá proceder entrevista pessoal, todavia com escuta ambiental.</p>	<p>42. Dá-se o <i>traditio breve manu</i> quando</p> <p>(A) o possuidor de uma coisa em nome alheio passa a possuí-la como própria.</p> <p>(B) o sucessor universal continua com direito a posse do antecessor.</p> <p>(C) a posse puder ser continuada com a soma do tempo do atual possuidor com a posse de seus antecessores.</p> <p>(D) o possuidor de um imóvel em nome próprio passa a possuí-lo em nome alheio.</p> <p>(E) se exerce a posse em razão de uma situação de dependência econômica ou de um vínculo de subordinação.</p>
<p>38. Agentes da lei realizaram busca, sem mandado, na casa de pessoa suspeita pelo cometimento de delito de tráfico de entorpecente. O laudo químico toxicológico da substância entorpecente encontrada foi juntado aos autos depois de prolatada a sentença condenatória. O meio de prova é</p> <p>(A) vedado, pela ilicitude.</p> <p>(B) vedado, pela ilegitimidade.</p> <p>(C) vedado, mas a qualquer tempo sanável.</p> <p>(D) legalmente aceito.</p> <p>(E) legalmente aceito, se houver nos autos laudo de constatação da substância entorpecente.</p>	<p>43. Quanto ao casamento, pelas regras do Código Civil Brasileiro, pode-se afirmar que</p> <p>(A) o regime de bens entre os cônjuges pode ser alterado, mediante escritura pública, que deverá posteriormente ser registrada perante o Cartório onde se realizou o matrimônio.</p> <p>(B) qualquer um dos cônjuges não necessita de autorização do outro para gravar de ônus real os imóveis de seu domínio particular, seja qual for o regime de bens.</p> <p>(C) é chamado de nuncupativo o casamento realizado de uma forma especial, na qual, devido à urgência, não se cumprem todas as formalidades exigidas para o casamento realizado em condições normais.</p> <p>(D) após dada a autorização para celebração do casamento de menor, o representante legal não poderá revogá-la.</p> <p>(E) os impedimentos matrimoniais não tornam nulos e não invalidam os casamentos realizados com infração a eles.</p>
<p>39. A intimação do defensor público para o julgamento de recurso em segunda instância será</p> <p>(A) facultativa se se tratar de réu solto.</p> <p>(B) obrigatória, pela imprensa oficial.</p> <p>(C) obrigatória, pessoal e com antecedência mínima de 10 dias da data do julgamento.</p> <p>(D) feita pela imprensa oficial nos casos de réu preso.</p> <p>(E) obrigatória e pessoal.</p>	

<p>44. Considere as afirmações:</p> <p>I. Os direitos reais e os pessoais integram a categoria dos direitos patrimoniais, sendo o primeiro exercido sobre determinada coisa, enquanto o segundo exige o cumprimento de certa prestação.</p> <p>II. Os direitos reais não podem ser classificados como direitos absolutos.</p> <p>III. O direito real, quanto à sua oponibilidade, é absoluto, valendo contra todos, tendo sujeito passivo indeterminado, enquanto que o direito pessoal (ou obrigacional) é relativo e tem sujeito passivo determinado.</p> <p>IV. Os direitos reais obedecem ao princípio da tipificação, ou seja, só são direitos reais aqueles que a lei, taxativamente, denominar como tal, enquanto que os direitos pessoais podem ser livremente criados pelas partes envolvidas (desde que não seja violada a lei, a moral ou os bons costumes), sendo portanto o seu número ilimitado.</p> <p>SOMENTE estão corretas as afirmações</p> <p>(A) I e II. (B) II e III. (C) I, III e IV. (D) I, II e III. (E) I, II e IV.</p>	<p>47. Com relação à capacidade civil, é hipótese correta:</p> <p>(A) Menor entre 16 e 18 anos, por ser relativamente incapaz, não pode ser interditado.</p> <p>(B) Menor com 16 anos fez testamento, por instrumento público, deixando todos os seus bens para a mãe. Faleceu aos 25 anos, solteiro, sem filhos, deixando vivos pai e mãe. Em razão do testamento, com sua morte, todos os seus bens irão para a mãe, após o regular processamento do testamento.</p> <p>(C) Decretada a interdição do pródigo, fica o mesmo impossibilitado de praticar atos da vida civil e, portanto, está proibido de contrair matrimônio.</p> <p>(D) São relativamente incapazes os ébrios eventuais e os pródigos.</p> <p>(E) Um viúvo, pai de dois filhos menores, é interditado. Com a incapacidade do pai e sua consequente interdição, os filhos menores serão representados pelo Curador do pai, automaticamente.</p>
<p>45. Em matéria de obrigações, é correto afirmar:</p> <p>(A) A obrigação de resultado é aquela em que o devedor se obriga a usar de prudência e diligência normais na prestação de certo serviço para atingir um resultado.</p> <p>(B) A obrigação assumida pelo transportador é de meio, enquanto que a do mecânico, que se obriga a consertar um veículo, é de resultado.</p> <p>(C) Se um dos devedores solidários falecer deixando herdeiros, nenhum destes será obrigado a pagar senão a quota que corresponder ao seu quinhão, em qualquer situação.</p> <p>(D) O pagamento efetuado a um credor putativo é válido quando há boa-fé do devedor e o erro é escusável.</p> <p>(E) A remissão da dívida dada a um dos credores solidários favorecerá aos demais devedores, que também serão perdoados.</p>	<p>48. Sobre os vícios redibitórios, é correto afirmar:</p> <p>(A) São defeitos ocultos existentes na coisa alienada, objeto de qualquer tipo de contrato.</p> <p>(B) Ocorrendo vício redibitório pode o adquirente rejeitar a coisa ou conservar o bem e reclamar abatimento no preço sem acarretar a redibição do contrato, através da ação estimatória ou <i>quantum minoris</i>.</p> <p>(C) Se o alienante tinha ciência do vício oculto, deverá restituir o que recebeu, sem perdas e danos.</p> <p>(D) Se a coisa vier a perecer em poder do alienatário, em razão do defeito já existente ao tempo da tradição, o alienante não terá de restituir o que recebeu.</p> <p>(E) A ação redibitória ou estimatória deve ser proposta dentro do prazo de trinta dias, em se tratando de bens móveis ou imóveis.</p>
<p>46. Sobre os direitos de vizinhança, é correto afirmar:</p> <p>(A) Os tapumes especiais são exigidos para impedir que animais de grande porte ultrapassem os limites da propriedade.</p> <p>(B) O dono do terreno invadido pelos galhos de árvore da propriedade vizinha tem o direito de corte condicionado à nocividade da invasão dos ramos.</p> <p>(C) A servidão de aqueduto é contínua e aparente e a de trânsito é descontínua e não aparente.</p> <p>(D) A qualquer tempo, o proprietário pode exigir que se desfaça a janela, sacada, terraço ou goteira sobre o seu prédio.</p> <p>(E) Na passagem forçada, o dono do prédio que não tiver acesso à via pública, nascente ou porto tem direito a exigir que seu vizinho lhe conceda passagem, independentemente do pagamento de indenização.</p>	<p>49. De acordo com o Código Civil,</p> <p>(A) a sociedade em conta de participação é uma sociedade não personificada, que independe de qualquer formalidade e é formada com duas modalidades de sócios: o ostensivo e os participantes.</p> <p>(B) na sociedade cooperativa a responsabilidade dos sócios é sempre limitada.</p> <p>(C) na sociedade em nome coletivo, os sócios podem ser pessoas físicas ou jurídicas, respondendo solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais.</p> <p>(D) na sociedade anônima a responsabilidade é solidária entre os acionistas.</p> <p>(E) a sociedade estrangeira não precisa de autorização governamental para operar no Brasil.</p> <p>50. Sobre títulos de crédito, é correto afirmar que</p> <p>(A) a omissão de qualquer requisito legal no título de crédito implica invalidade do negócio jurídico que lhe deu origem.</p> <p>(B) com a morte ou a superveniente incapacidade do endossante, perde eficácia o endosso-mandato.</p> <p>(C) pode ser reivindicado do portador que o adquiriu de boa-fé.</p> <p>(D) o possuidor de título dilacerado, identificável, tem direito de obter do emitente a substituição, devolvendo o título e pagando as despesas.</p> <p>(E) o aval posterior ao vencimento não produz efeitos.</p>

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

<p>51. Quanto às cautelares, é correto afirmar:</p> <p>(A) Não cabe recurso de decisão que põe termo ao processo cautelar de produção antecipada de prova.</p> <p>(B) A eficácia do provimento cautelar é sempre condicionada ao ajuizamento da ação principal no prazo de 30 dias da efetivação da medida.</p> <p>(C) O direito de defesa é elemento essencial em todo procedimento cautelar.</p> <p>(D) Medida cautelar antecedente, de cunho voluntário, não previne a competência para a ação principal.</p> <p>(E) O prazo de resposta, quando concedida a liminar, conta-se de seu deferimento.</p>	<p>55. Pelo Estatuto do Idoso, o direito à prioridade na tramitação dos processos e procedimentos</p> <p>(A) é automático, independe de requerimento do interessado.</p> <p>(B) depende do requerimento do interessado e independe de prova.</p> <p>(C) não abrange a execução dos atos judiciais.</p> <p>(D) é pessoal e cessa com a morte do beneficiário.</p> <p>(E) não cessa com a morte do beneficiário.</p>
<p>52. O princípio <i>jura novit curia</i> é vinculado à teoria</p> <p>(A) da substanciação.</p> <p>(B) da individualização.</p> <p>(C) da eventualidade.</p> <p>(D) da abstração.</p> <p>(E) imanentista.</p>	<p>56. Em determinada demanda o autor interpôs agravo de instrumento contra decisão que homologou liquidação de sentença, na modalidade de arbitramento, em valor abaixo do postulado pelo recorrente. Recebido o agravo no Tribunal, o relator denegou seguimento ao recurso sob dois fundamentos: de que não vislumbrara na decisão combatida perigo capaz de causar lesão à parte, e de que o agravo de instrumento era incabível na espécie. O relator agiu</p> <p>(A) corretamente, pois, nessa hipótese, o recurso cabível era o de apelação.</p> <p>(B) incorretamente, pois, na hipótese em exame, o recurso interposto era o cabível.</p> <p>(C) incorretamente, pois deveria converter o recurso em agravo retido.</p> <p>(D) incorretamente, já que a escolha do meio recursal cabe à parte e não ao julgador.</p> <p>(E) corretamente, pois o agravo de instrumento só é cabível em situações de perigo de dano ou nos casos relativos aos efeitos em que a apelação é recebida.</p>
<p>53. Com relação à ação de usucapião especial coletiva de imóvel urbano localizado em área ocupada por população de baixa renda,</p> <p>(A) só é admissível a ação se for possível identificar os terrenos ocupados por cada possuidor.</p> <p>(B) a área, objeto da ação, deve ser de até duzentos e cinquenta metros quadrados.</p> <p>(C) o possuidor pode acrescentar sua posse à de seu antecessor, contanto que sejam contínuas.</p> <p>(D) a sentença não servirá como título de registro domínial em razão da indefinição das áreas que compõem o condomínio especial.</p> <p>(E) essa modalidade de ação não tem o condão de suspender as demandas petitorias ou possessórias que venham a ser propostas relativamente ao imóvel usucapiendo.</p>	<p>57. No curso de ação de cobrança de prestação pecuniária o Juiz, após o término da fase de instrução, ofertadas as alegações finais, profere sentença limitando-a ao reconhecimento, de ofício, da prescrição, com o que julga improcedente a pretensão do autor. Interposto recurso, o Tribunal afasta a ocorrência da prescrição, enfrenta o mérito e acolhe a pretensão, impondo ao réu a sujeição do pagamento da dívida vindicada pelo autor. Pelo regramento atual do efeito devolutivo da apelação, essa atuação do Tribunal é</p> <p>(A) correta, pois o Juiz não pode reconhecer de ofício a prescrição, a não ser quando se trate de direitos indisponíveis.</p> <p>(B) incorreta, pois o efeito devolutivo pleno, nos casos onde não houve a análise dos fatos em primeiro grau de jurisdição, só se opera nas hipóteses de extinção do processo, sem julgamento do mérito (art. 515, § 3º, CPC) vinculados à questão de direito.</p> <p>(C) correta, pois quando da decisão de primeira instância o processo já estava maduro para julgamento de todas as questões suscitadas.</p> <p>(D) correta, pois, pela sistemática atual, não há limites às questões passíveis de reexame pelo Tribunal.</p> <p>(E) incorreta, já que suprimiu do réu o direito de discutir, em sede de apelação, o teor da condenação advinda em 2ª instância.</p>
<p>54. É correto afirmar sobre a usucapião especial urbana:</p> <p>(A) Para os efeitos da ação de usucapião especial de imóvel urbano, o herdeiro legítimo continua, de pleno direito, a posse de seu antecessor, independentemente de residir no imóvel usucapiendo por ocasião da abertura da sucessão.</p> <p>(B) A associação de moradores da comunidade, regularmente constituída, com personalidade jurídica e devidamente autorizada pelos representados detém legitimidade própria para postular ação de usucapião especial coletiva.</p> <p>(C) Pessoas solteiras, que vivem sozinhas, não podem postular a ação de usucapião de imóvel urbano pela não caracterização de moradia familiar exigida pela norma.</p> <p>(D) Os benefícios da assistência judiciária gratuita não se estendem ao registro da sentença perante o serviço de registro imobiliário.</p> <p>(E) Em regra, o condomínio constituído por força da ação de usucapião especial coletiva é indivisível, não sendo passível de extinção.</p>	<p>57. No curso de ação de cobrança de prestação pecuniária o Juiz, após o término da fase de instrução, ofertadas as alegações finais, profere sentença limitando-a ao reconhecimento, de ofício, da prescrição, com o que julga improcedente a pretensão do autor. Interposto recurso, o Tribunal afasta a ocorrência da prescrição, enfrenta o mérito e acolhe a pretensão, impondo ao réu a sujeição do pagamento da dívida vindicada pelo autor. Pelo regramento atual do efeito devolutivo da apelação, essa atuação do Tribunal é</p> <p>(A) correta, pois o Juiz não pode reconhecer de ofício a prescrição, a não ser quando se trate de direitos indisponíveis.</p> <p>(B) incorreta, pois o efeito devolutivo pleno, nos casos onde não houve a análise dos fatos em primeiro grau de jurisdição, só se opera nas hipóteses de extinção do processo, sem julgamento do mérito (art. 515, § 3º, CPC) vinculados à questão de direito.</p> <p>(C) correta, pois quando da decisão de primeira instância o processo já estava maduro para julgamento de todas as questões suscitadas.</p> <p>(D) correta, pois, pela sistemática atual, não há limites às questões passíveis de reexame pelo Tribunal.</p> <p>(E) incorreta, já que suprimiu do réu o direito de discutir, em sede de apelação, o teor da condenação advinda em 2ª instância.</p>

<p>58. Quanto ao procedimento sumário, é correto afirmar:</p> <p>(A) A ação declaratória incidental é admissível.</p> <p>(B) Em hipótese alguma se admite a denunciação da lide.</p> <p>(C) O procedimento é inalterável.</p> <p>(D) Aplica-se às ações de usucapião especial.</p> <p>(E) É sempre permitida sentença ilíquida.</p>	<p>62. O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza estabelece dois grupos de unidades de conservação, as de Proteção Integral e as de Uso Sustentável. São Unidades de Proteção Integral:</p> <p>(A) Refúgio da Vida Silvestre, Área de Proteção Ambiental, Reserva Extrativista, Reserva Biológica e Estação Ecológica.</p> <p>(B) Estação Ecológica, Área de Proteção Ambiental, Floresta Nacional, Refúgio da Vida Silvestre e Reserva Extrativista.</p> <p>(C) Reserva Biológica, Parque Nacional, Reserva da Fauna, Floresta Nacional e Reserva Extrativista.</p> <p>(D) Área de Proteção Ambiental, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Monumento Natural e Refúgio da Vida Silvestre.</p> <p>(E) Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural e Refúgio da Vida Silvestre.</p>
<p>59. No procedimento especial da ação de alimentos,</p> <p>(A) o não comparecimento do autor à audiência de conciliação e julgamento determina o arquivamento do processo.</p> <p>(B) o não comparecimento do autor à audiência de conciliação e julgamento determina a extinção do processo.</p> <p>(C) há necessidade de rol testemunhal prévio na inicial.</p> <p>(D) os alimentos provisórios só serão fixados mediante pedido expresso do autor.</p> <p>(E) é irrecurável a decisão que fixa os alimentos provisórios.</p>	<p>63. Sendo o meio ambiente um bem de uso comum do povo, é assegurado no ordenamento constitucional o efetivo acesso ao Judiciário dos grupos sociais intermediários para a sua defesa, através dos seguintes meios processuais: mandado de segurança coletivo, ação popular constitucional,</p> <p>(A) ação civil pública, mandado de injunção e ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato.</p> <p>(B) ação de reintegração de posse, ação civil pública e mandado de injunção.</p> <p>(C) ação de reintegração de posse, ação civil pública e ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato.</p> <p>(D) ação de manutenção de posse, ação de reintegração de posse e mandado de injunção.</p> <p>(E) mandado de injunção, ação de reintegração de posse e ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato.</p>
<p>60. “A”, credor de indenização originária de desapropriação de sua moradia única pela Municipalidade “X”, ajuíza, perante o Presidente do Tribunal de Justiça, pedido de intervenção na entidade devedora, alegando que o respectivo precatório judicial, expedido em novembro de 1999 e vencido há mais de dois anos, não fora satisfeito pela executada, de forma a justificar o pedido interventivo. O valor atualizado do crédito à época do pleito era de R\$ 60.000,00. O incidente de execução</p> <p>(A) é incabível, pois a dívida, não ostentando pequeno valor nem tampouco natureza alimentar, só é passível de satisfação pelo ente devedor em 10 parcelas anuais.</p> <p>(B) está correto em razão da origem do crédito indenizatório.</p> <p>(C) é incabível, posto que o órgão competente para apreciar o pleito de intervenção no Município é a presidência do STJ.</p> <p>(D) está correto em razão do baixo valor pretendido.</p> <p>(E) está incorreto, pois, na hipótese em exame, não há caracterização de dívida fundada a justificar a intervenção.</p>	<p>64. O licenciamento ambiental é feito em três etapas distintas, conforme a outorga das seguintes licenças: a prévia, a de instalação e a de operação.</p> <p>A licença de instalação NÃO poderá ultrapassar</p> <p>(A) 10 anos.</p> <p>(B) 6 anos.</p> <p>(C) 5 anos.</p> <p>(D) 3 anos.</p> <p>(E) 2 anos.</p>
<p style="text-align: center;">DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS</p> <p>61. Na Constituição Federal, em matéria ambiental, são expressamente previstos como patrimônio nacional, além da Serra do Mar, da Floresta Amazônica brasileira e do Pantanal Mato-Grossense,</p> <p>(A) a Zona Costeira e a Caatinga.</p> <p>(B) o Cerrado e a Caatinga.</p> <p>(C) a Caatinga e a Mata Atlântica.</p> <p>(D) a Zona Costeira e a Mata Atlântica.</p> <p>(E) o Cerrado e a Mata-Atlântica.</p>	<p>65. A concessão de licença ambiental não prevê a obrigatoriedade de audiência pública, exceto quando o órgão competente para a concessão da licença julgar necessário ou quando sua realização for solicitada pelo Ministério Público ou requerida ao órgão ambiental por</p> <p>(A) pelo menos 0,5% de cidadãos do município atingido.</p> <p>(B) mais de 1% dos cidadãos residentes no município atingido.</p> <p>(C) pelo menos 1% de eleitores do município atingido.</p> <p>(D) mais de cem eleitores.</p> <p>(E) cinquenta ou mais cidadãos.</p>

66. O Plano Diretor é um dos instrumentos básicos para o pleno desenvolvimento das funções ambientais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes. Com relação, exclusivamente, ao número de habitantes, o Plano Diretor é obrigatório quando o município possui mais de

- (A) 50 mil habitantes.
- (B) 30 mil habitantes.
- (C) 20 mil habitantes.
- (D) 10 mil habitantes.
- (E) 5 mil habitantes.

67. O Código de Defesa do Consumidor adota a responsabilidade subjetiva se o fornecedor for

- (A) profissional liberal.
- (B) importador.
- (C) comerciante.
- (D) construtor.
- (E) produtor.

68. Na existência de vício do produto, salvo convenção, cláusula de prazo diferenciado, ou manifestação expressa do consumidor em sentido contrário, o fornecedor tem o direito de reparar o defeito, no prazo máximo de

- (A) 7 dias.
- (B) 10 dias.
- (C) 15 dias.
- (D) 30 dias.
- (E) 180 dias.

69. Em regra geral, com relação à legitimidade, as associações, que incluam entre seus fins institucionais a defesa do consumidor, devem ser legalmente constituídas há, pelo menos,

- (A) 1 ano, dispensada a autorização em assembléia.
- (B) 1 ano, autorizada em assembléia por pelo menos 1/3 de seus membros.
- (C) 2 anos, dispensada a autorização em assembléia.
- (D) 2 anos, autorizada em assembléia por pelo menos 1/3 de seus membros.
- (E) 5 anos, autorizada em assembléia por pelo menos 1/3 de seus membros.

70. Nos contratos que regulam as relações de consumo,

- (A) o fornecedor fica vinculado às cláusulas, recibos e pré-contratos, excetuada a possibilidade de execução específica.
- (B) eventualmente as cláusulas contratuais podem ser interpretadas a favor do consumidor.
- (C) as cláusulas não obrigam consumidores, se não lhes foi dado conhecimento prévio do conteúdo.
- (D) o consumidor pode validamente exercer seu direito de arrependimento em qualquer hipótese.
- (E) o fornecedor é legalmente dispensado do preenchimento do termo de garantia.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

71. As atividades externas na medida sócio-educativa de internação, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente,

- (A) se não proibidas pelo juiz, ficam a critério da entidade de internação.
- (B) dependem de autorização judicial.
- (C) não são cabíveis na internação por descumprimento de medida anterior.
- (D) são deferidas para viabilizar a transição para medida mais branda.
- (E) dependem do envio, ao juiz, de prévia avaliação psicossocial do adolescente.

72. As entidades que desenvolvem programa de abrigo

- (A) são fiscalizadas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- (B) dependem de autorização judicial para funcionar.
- (C) podem receber crianças sem prévia determinação do Conselho Tutelar.
- (D) podem aplicar medidas pertinentes aos pais ou responsável necessárias ao reatamento dos vínculos familiares.
- (E) devem oferecer, em suas dependências, pelo menos escolarização e profissionalização a crianças e/ou adolescentes.

73. Entre as características da doutrina da proteção integral pode-se destacar:

- (A) medida sócio-educativa de internação restrita a casos de ato infracional grave ou severo desvio de conduta.
- (B) desjudicialização do atendimento.
- (C) consideração da criança e do adolescente como objetos de tutela da família, sociedade e Estado.
- (D) adoção do princípio da completude institucional.
- (E) oferta de condições para a conquista de cidadania futura por crianças e adolescentes.

74. No procedimento de apuração de ato infracional, se notificado da data para comparecer à audiência de apresentação, o adolescente, injustificadamente, não comparece, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, deve o juiz

- (A) decretar a revelia e suspender o processo.
- (B) decretar a internação provisória com a expedição de mandado de busca e apreensão.
- (C) expedir mandado de busca e apreensão sem decretação de internação provisória.
- (D) notificar os pais ou responsável para que promovam apresentação do jovem, ou justifiquem a impossibilidade de fazê-lo, sob pena de desobediência.
- (E) ordenar a condução coercitiva do adolescente, designando nova data.

<p>75. Júlio, que tem 18 anos e um mês, está há 40 dias apreendido em delegacia de polícia por conta de internação provisória decretada pelo juiz da Vara da Infância e Juventude em procedimento que lhe atribui a prática de roubo cometido seis meses antes. A internação de Júlio é</p> <p>(A) ilegal, porque, sendo maior de 18 anos, não está mais sob a jurisdição da Vara da Infância e Juventude.</p> <p>(B) legal, desde que esteja separado de pessoas detidas pela prática de crime.</p> <p>(C) legal, já que ainda não vencido o prazo máximo de duração da internação provisória.</p> <p>(D) ilegal, porque o Estatuto não permite sua permanência em delegacia comum por tanto tempo.</p> <p>(E) ilegal, porque, cometido o ato infracional seis meses antes, não houve flagrante.</p>	<p>79. Clara tem 12 anos. Mora em São Paulo com a mãe, que tem sua guarda. Para ir visitar o pai, que mora em Recife, Clara, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente,</p> <p>(A) poderá viajar, desde que acompanhada de pessoa maior, sem outras exigências.</p> <p>(B) poderá viajar acompanhada apenas da avó paterna, desde que a mãe autorize por escrito.</p> <p>(C) deve ter autorização do juiz ou comissário de menores, para que possa ir sozinha.</p> <p>(D) não precisa de autorização escrita da mãe para ir sozinha.</p> <p>(E) não poderá viajar se estiver acompanhada apenas de sua irmã de 16 anos.</p>
<p>76. O direito de adolescentes e crianças manifestarem e terem levadas em consideração sua opinião e sua vontade em qualquer assunto ou procedimento que os afete é um dos pilares da doutrina da proteção integral. Por conta disso, o Estatuto da Criança e do Adolescente prevê expressamente</p> <p>(A) o direito de a criança, sempre que possível, ser ouvida antes da decisão sobre qualquer modalidade de colocação em família substituta.</p> <p>(B) a possibilidade de autorização judicial para trabalho de adolescente maior de doze anos que assim deseje, desde que sem prejuízo da escolarização.</p> <p>(C) a necessidade da concordância do adolescente e seu defensor como condição indispensável à aplicação da medida sócio-educativa de obrigação de reparar o dano.</p> <p>(D) o consentimento da criança (capaz de expressá-lo) e do adolescente como condição necessária ao deferimento da adoção.</p> <p>(E) o direito de o adolescente manifestar se deseja ou não recorrer da sentença que lhe aplica medida sócio-educativa em meio aberto.</p>	<p>80. Considerando os princípios encampados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, o atendimento destinado à população infanto-juvenil em situação de rua deve buscar, prioritariamente, a colocação da criança e do adolescente</p> <p>(A) em programas que viabilizem a adoção nacional e, subsidiariamente, a adoção internacional.</p> <p>(B) em programas de guarda familiar incentivada.</p> <p>(C) em programas de abrigo especializado, em pequenas casas, com atenção psicossocial e educação.</p> <p>(D) na família ampliada, com preferência para os parentes próximos mais disponíveis e capacitados.</p> <p>(E) na família natural, fortalecida por programas de auxílio, orientação e apoio.</p>
<p>77. Para garantir o direito à educação, o Estatuto da Criança e do Adolescente prevê, entre outras medidas,</p> <p>(A) acesso das famílias às políticas sociais básicas condicionado à comprovação da matrícula escolar de filhos menores.</p> <p>(B) impossibilidade de repetência escolar.</p> <p>(C) direito ao atendimento em creche desde o nascimento.</p> <p>(D) possibilidade de o Conselho Tutelar deliberar a construção de escolas pelo poder público quando faltarem vagas em ensino fundamental.</p> <p>(E) responsabilização penal do dirigente escolar omissor diante de casos de evasão e faltas reiteradas dos alunos.</p>	<p style="text-align: center;">DIREITOS HUMANOS</p> <p>81. Comparando-se a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (França, 1789) e a Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948), pode-se afirmar que ambas reconhecem</p> <p>(A) o Estado como fonte dos direitos fundamentais.</p> <p>(B) a liberdade e a igualdade inerentes ao ser humano.</p> <p>(C) a existência dos direitos individuais e sociais.</p> <p>(D) a propriedade, individual ou coletiva.</p> <p>(E) a necessidade de uma força pública para a garantia dos direitos.</p>
<p>78. Gabriel, 6 anos, tem o pai falecido. Sua genitora mantém união estável com Marcos, 20 anos, estudante, que é tio paterno da criança. Marcos quer adotar Gabriel, sem romper os vínculos de Gabriel com a mãe. Isso não é possível porque</p> <p>(A) Marcos não tem idade mínima legal para adotar.</p> <p>(B) falta a diferença mínima de idade exigida por lei entre Marcos e Gabriel.</p> <p>(C) Marcos é irmão do pai da criança.</p> <p>(D) a adoção implica desligamento dos vínculos do adotado com pais e parentes.</p> <p>(E) Marcos não tem renda fixa e não é casado.</p>	<p>82. A Lei nº 10.792/03 introduziu o Regime Disciplinar Diferenciado de cumprimento de penas (RDD), mediante o qual o preso pode ficar até 360 dias em cela individual, com direito a duas horas diárias de banho de sol. Tal sistemática pode ser entendida como violadora das Regras Mínimas para o Tratamento de Presos das Nações Unidas, pois</p> <p>(A) conflita com o respeito devido à pessoa privada de liberdade, conforme previsto pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, ratificada pelo Brasil.</p> <p>(B) é vedado o uso de isolamento celular (solitária) como forma de punir presos ou de segregá-los em caso de rebelião.</p> <p>(C) as Regras Mínimas para o Tratamento de Presos são consideradas tratado internacional de direitos humanos, tendo hierarquia legal superior à da Lei nº 10.792/03.</p> <p>(D) ultrapassa os limites definidos pelas Regras Mínimas para a segregação prolongada de presos.</p> <p>(E) a custódia de presos em celas coletivas, visando à sua ressocialização, é obrigatória.</p>

<p>83. Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a taxa de analfabetismo é de 17,2% no país. Entre brancos é de 10,6%, mas sobe para 25,2% entre pardos e 28,7% entre negros. Em 1998, o rendimento médio era de 5,6 salários mínimos entre brancos, mais que o dobro do rendimento de pardos (2,61) e negros (2,71). Mesmo quando estudam mais, negros e pardos têm mais dificuldade de aumentar os salários, diz o IBGE. Para cada ano de estudo a mais, brancos elevam a renda em 1,25 salário mínimo. Já a renda de negros e pardos cresce 0,53 salário para cada ano a mais de estudo. (Jornal Folha de São Paulo, Caderno Cotidiano – 05.06.2001)</p> <p>Relacionando tal realidade com as previsões da Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação Racial (ONU, 1965), é correto afirmar que este tratado</p> <p>(A) autoriza a introdução de medidas especiais destinadas a assegurar o progresso adequado de grupos raciais ou étnicos.</p> <p>(B) considera discriminatória a tomada de medidas especiais destinadas a assegurar o progresso adequado de grupos raciais ou étnicos.</p> <p>(C) determina que o Estado-parte complemente anualmente a renda dos membros dos grupos raciais ou étnicos prejudicados.</p> <p>(D) contém apenas normas relativas a violações às liberdades individuais e não sobre condições econômicas e sociais.</p> <p>(E) não se aplica ao Brasil por ser anterior à Constituição de 1988.</p>	<p>86. Comparando-se a natureza da obrigação estatal de tornar efetivos os direitos humanos e liberdades fundamentais, nos termos do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, é correto afirmar:</p> <p>(A) O conceito de realização progressiva dos direitos civis e políticos constitui o reconhecimento de que a efetividade plena de tais direitos não será possível de ser alcançada em curto prazo.</p> <p>(B) Os direitos econômicos, sociais e culturais refletem uma aspiração política da sociedade, não decorrendo deles direito subjetivo exigível judicialmente.</p> <p>(C) A efetividade dos direitos econômicos, sociais e culturais decorre de sua previsão legal e não gera para o Estado a obrigação de promovê-los.</p> <p>(D) O conceito de realização imediata dos direitos civis e políticos decorre de sua origem jusnatural, inexistindo obrigação estatal decorrente.</p> <p>(E) O conceito de realização progressiva dos direitos econômicos, sociais e culturais não deve ser interpretado como supressor do caráter obrigatório de promoção daqueles direitos.</p>
<p>84. No que diz respeito à interpretação da Convenção Americana de Direitos Humanos (OEA, 1969), a partir de suas regras, é possível afirmar que</p> <p>(A) as normas da Convenção podem excluir outros direitos ou garantias inerentes ao ser humano, nela não expressamente previstos.</p> <p>(B) as leis dos Estados-partes podem limitar o gozo ou o exercício de direito ou liberdade previstos na Convenção.</p> <p>(C) as normas da Convenção podem excluir ou limitar o efeito que possam produzir outros atos internacionais da mesma natureza.</p> <p>(D) as normas da Convenção não se aplicam a Estado organizado sob a forma federativa, no que diz respeito a violações decorrentes de ato de governo local.</p> <p>(E) as leis dos Estados-partes podem ampliar o gozo ou o exercício de qualquer direito ou liberdade previstos na Convenção, para além do que ela prevê.</p>	<p>87. <i>Maria da Penha Maia Fernandez durante anos de convivência matrimonial foi alvo de violência doméstica perpetrada por seu marido, o que culminou em tentativa de homicídio que a tornou paraplégica. Passados quinze anos da agressão, ainda não havia decisão final de condenação do agressor pelos tribunais nacionais e ele se encontrava em liberdade.</i></p> <p>Em caso semelhante, a medida adequada a tomar em face do Sistema Interamericano de Direitos Humanos, seria</p> <p>(A) denunciar o caso à Corte Interamericana de Direitos Humanos para que se iniciasse um processo contra o agressor de Maria da Penha.</p> <p>(B) denunciar o caso à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, após o pleno esgotamento dos recursos da jurisdição interna brasileira, para que se iniciasse um processo contra o Brasil.</p>
<p>85. Segundo a Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes (ONU, 1984), para a caracterização da tortura é relevante</p> <p>(A) sua finalidade e irrelevante a intensidade do sofrimento causado.</p> <p>(B) que seja praticada por funcionário público e irrelevante sua finalidade.</p> <p>(C) a finalidade do ato e irrelevante o local onde ocorre.</p> <p>(D) que o sofrimento seja agudo e irrelevante a qualidade de quem a pratica.</p> <p>(E) o local onde ocorre e irrelevante a intensidade do sofrimento causado.</p>	<p>(C) denunciar o caso à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, para que se iniciasse um processo contra o Brasil, não mais se aguardando o esgotamento dos recursos da jurisdição interna brasileira.</p> <p>(D) nenhuma, uma vez que o Estado Brasileiro não é responsável internacionalmente pelos atos criminosos de seus cidadãos, relacionados à violência doméstica.</p> <p>(E) denunciar o caso à Corte Interamericana de Direitos Humanos para que se iniciasse um processo contra o Brasil.</p>

88. Considere as afirmações seguintes, baseadas na Declaração e Programa de Ação da Conferência Mundial dos Direitos Humanos (Viena, 1993).

- I. Todos os direitos humanos são universais, indivisíveis, interdependentes e inter-relacionados.
- II. A comunidade internacional deve tratar os direitos humanos de forma global, justa e equitativa, em pé de igualdade e com a mesma ênfase.
- III. Embora particularidades nacionais devam ser levadas em consideração, é dever dos Estados promover e proteger todos os direitos humanos e liberdades fundamentais, sejam quais forem seus sistemas políticos, econômicos e culturais.
- IV. Todos os povos têm direito à autodeterminação. Em virtude desse direito, determinam livremente sua condição política e promovem livremente o desenvolvimento econômico, social e cultural, observadas as prescrições da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

SOMENTE estão corretas as afirmações

- (A) I e IV.
- (B) II e III.
- (C) III e IV.
- (D) I, II e III.
- (E) I, II e IV.

89. Em atenção ao que dispõe o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e seu Segundo Protocolo Adicional com vista à Abolição da Pena de Morte, a pena de morte é

- (A) proibida em qualquer hipótese, pois o direito à vida é inerente à pessoa humana, sendo vedada a formulação de reserva pelo Estado-parte, no ato de ratificação do tratado.
- (B) proibida em qualquer hipótese, exceto mediante reserva formulada pelo Estado-parte, no ato de ratificação do tratado, relacionada à sua aplicação apenas em tempo de guerra.
- (C) proibida em qualquer hipótese, exceto mediante reserva formulada pelo Estado-parte, no ato de ratificação, relacionada à sua aplicação apenas a crimes mais graves, obedecidos os princípios da legalidade, anterioridade e jurisdicionalidade.
- (D) permitida nos Estados-partes em que a pena de morte não havia sido abolida, à época da ratificação do tratado, mas reservada aos crimes mais graves, e obedecidos os princípios da legalidade, anterioridade e jurisdicionalidade.
- (E) permitida em casos mais graves, obedecido o devido processo legal, a fim de compatibilizar o direito individual à vida com o direito social à segurança pública.

90. Segundo a interpretação predominante no Supremo Tribunal Federal a respeito do artigo 5º, § 2º, da Constituição de 1988, os tratados internacionais de direitos humanos ratificados pelo País, que passaram a integrar o Direito Brasileiro, possuem natureza de

- (A) Lei ordinária federal.
- (B) Lei complementar federal.
- (C) Norma constitucional.
- (D) Decreto.
- (E) Lei delegada.

PRINCÍPIOS E ATRIBUIÇÕES INSTITUCIONAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO

91. NÃO é prerrogativa de defensor público:

- (A) requisitar, a quaisquer órgãos públicos estaduais, exames, certidões, cópias reprográficas, perícias, vistas, diligências, processos, documentos, informações e esclarecimentos.
- (B) deixar de patrocinar ação, quando manifestamente incabível ou inconveniente aos interesses da parte sob seu patrocínio.
- (C) ter acesso amplo e irrestrito a todas as dependências de estabelecimentos penais, de internação de adolescentes e aqueles destinados à custódia ou ao acolhimento de pessoas.
- (D) portar arma de fogo.
- (E) solicitar o auxílio e a colaboração das autoridades públicas para o desempenho de suas funções.

92. São órgãos de execução da Defensoria Pública:

- (A) os defensores públicos e os núcleos especializados.
- (B) os defensores públicos e os estagiários.
- (C) os núcleos especializados e os centros de atendimento multidisciplinar.
- (D) as defensorias regionais e os centros de atendimento multidisciplinar.
- (E) a Corregedoria-Geral e a Ouvidoria-Geral.

93. A Defensoria Pública possui

- (A) iniciativa de lei referente à sua estrutura.
- (B) iniciativa de sua proposta orçamentária.
- (C) iniciativa de lei referente à criação e extinção de cargos e à fixação de vencimentos e vantagens.
- (D) prerrogativa de se manifestar sobre projetos de lei referentes a sua estrutura.
- (E) poder de veto sobre projetos de lei referentes a sua estrutura.

94. Aos defensores públicos é vedado

- (A) filiar-se a partido político.
- (B) exercer o magistério.
- (C) fazer parte de sociedade comercial.
- (D) integrar associação civil.
- (E) exercer a advocacia fora das suas atribuições institucionais.

95. O ouvidor-geral da Defensoria Pública é

- (A) um defensor público nomeado pelo governador do Estado a partir de lista tríplice elaborada pelo Conselho Superior da Defensoria Pública.
- (B) um servidor da Defensoria Pública nomeado pelo defensor público-geral do Estado.
- (C) uma pessoa nomeada pelo governador do Estado, a partir de lista tríplice elaborada pelo Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana – CONDEPE.
- (D) uma pessoa nomeada pelo defensor público-geral do Estado, a partir de lista tríplice elaborada pelo Conselho Superior da Defensoria Pública.
- (E) um defensor público nomeado pelo governador do Estado, a partir de lista tríplice elaborada pelo Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana – CONDEPE.

96. NÃO integra o rol de direitos das pessoas destinatárias das funções institucionais da Defensoria Pública previsto na Lei Complementar nº 988/06

(A) a informação.

(B) a qualidade da execução das funções.

(C) a participação na gestão e na fiscalização da instituição e de seus membros.

(D) o ressarcimento das despesas com transporte.

(E) a adequação entre meios e fins, vedada a imposição de exigências, obrigações, restrições e sanções não previstas em lei.

97. O poder normativo no âmbito da Defensoria Pública é exercido

(A) pelo defensor público-geral.

(B) pelo corregedor-geral.

(C) pela Assembléia Legislativa.

(D) pelo governador do Estado.

(E) pelo Conselho Superior.

98. Considere as seguintes afirmações sobre o plano anual de atuação da Defensoria Pública:

I. Norteia a elaboração da proposta orçamentária.

II. É encaminhado pelo Conselho Superior.

III. É apresentado pelo defensor-geral à Assembléia Legislativa.

IV. É discutido pela sociedade civil em conferências.

Estão corretas as afirmações

(A) I, II e III, apenas.

(B) I, II e IV, apenas.

(C) I, III e IV, apenas.

(D) II, III e IV, apenas.

(E) I, II, III e IV.

99. Constitui um dos fundamentos de atuação da Defensoria Pública do Estado de São Paulo:

(A) a indivisibilidade.

(B) a prevenção dos conflitos.

(C) a independência funcional.

(D) a tutela jurídica integral e gratuita, individual e coletiva, judicial e extra-judicial, dos necessitados.

(E) a unicidade.

100. NÃO é atribuição institucional da Defensoria Pública Paulista:

(A) atuar subsidiariamente nos Juizados Especiais Federais e na Justiça do Trabalho.

(B) prestar atendimento interdisciplinar.

(C) manter comissões permanentes para formular e acompanhar propostas de alteração legislativa.

(D) orientar e representar entidades civis que tenham entre suas finalidades assistir pessoas carentes e que não possuam recursos.

(E) contribuir na elaboração e planejamento de políticas públicas.